



FL. Nº
Anexo – notas taquigráficas
Proc. nº
CMSP – NOME DA CPI
Nome - RF

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES

PRESIDENTE: REIS

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA
LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo
DATA: 15/10/2014

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão

REUNIÃO: 15041 DATA: 15/10/2014 FL: 1 DE 10

O SR. PRESIDENTE (Reis)- Na qualidade de Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esportes, declaro abertos os trabalhos da 5ª audiência pública que esta Comissão realiza no ano de 2014.

A realização desta audiência foi publicada no portal da Câmara Municipal de São Paulo, no *Diário Oficial da Cidade de São Paulo*, no jornal *Estado de S.Paulo*, no dia 14 de outubro, e no jornal *Folha de S.Paulo*, no dia 15 de outubro.

Informo que esta reunião está sendo transmitida através do portal da Câmara Municipal de São Paulo no endereço www.camara.sp.gov.br, link auditórios on-line.

Passemos aos itens da pauta da audiência pública.

Abriremos a audiência e, assim que eu termine de ler a ementa, as pessoas poderão se inscrever com nossa assessoria técnica da Comissão de Educação e terão três minutos para fazer sua intervenção referente ao projeto.

Declaro aberta a audiência pública ao PL 686/2013, de autoria do Vereador Paulo Fiorilo, do PT, que institui a semana municipal de conscientização sobre doenças raras nas unidades escolares do município de São Paulo, a realizar-se anualmente na primeira semana de outubro e dá outras providências. Trata-se da segunda audiência pública. Estão abertas as inscrições.

Não há oradores inscritos, declaro encerrada a audiência pública ao PL 686/2013.

Declaro aberta a audiência pública ao PL 726/2013, de autoria do George Hato, Dispõe sobre a inclusão do *skate*, do patins e do BMX como atividades integrantes da disciplina de educação física do ensino fundamental das escolas municipais no âmbito do município de São Paulo. Estão abertas as inscrições.

Há um orador inscrito. Sr. Arnaldo.

O SR. ARNALDO – Sou Arnaldo, do Sindicato dos Professores e Funcionários Municipais de São Paulo, Aprofem. Com relação a esse projeto, tenho algumas ponderações. Ele está mais adequado para as escolas, pelo que sei, particulares que desenvolvem

atividades com skate, patins e outras modalidades. Na escola pública, já carecemos de falta de funcionários. Não que se deva negar esse tipo de atividade à criança. Esse é um tipo de atividade que ela faz normalmente. Talvez nem todos tenham esse material, mas na escola... Até reforço o cuidado com acidentes. Haverá um médico de plantão, algum funcionário da saúde de plantão para uma situação de acidente? As crianças ficarão com esses instrumentos, esses brinquedos? Tem de haver lugar para guardar. Então, cria-se uma situação bastante difícil na escola, até por falta de funcionários para tomar conta disso.

E a questão da segurança.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Obrigado, Seu Arnaldo. Mais algum orador inscrito?

Por gentileza.

O SR. RAFAEL – Boa tarde. Sou Rafael, Professor da rede pública municipal de educação. Sobre o projeto de lei de incluir como disciplina, ele entraria na grade curricular normal dessas atividades? E não ficou muito claro como isso aconteceria dentro das escolas públicas haja vista a colocação do colega sobre os equipamentos, de onde vão vir e como conseguiremos administrar essas outras atividades dentro do currículo da educação fundamental.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Muito obrigado.

Estão presentes os Vereadores Ota e Toninho Vespoli.

Não há mais oradores inscritos. Declaro encerrada a audiência pública ao projeto de lei 726/2013, de autoria do Vereador George Hato, PMDB.

Declaro aberta a audiência pública ao PL 799/2013, de autoria do Vereador Calvo, do PMDB, que institui no âmbito do Município de São Paulo a proposição que torna obrigatório dispor nas instituições da rede municipal de ensino observador especialista no comportamento dos alunos para identificação dos indicadores físicos e comportamentais de abuso sexual, violência doméstica e maus-tratos sofridos e dá outras providências. Estão abertas as inscrições.

O SR. ARNALDO – Arnaldo, do Aprofem. Solicitar a inserção de um profissional como aqui está descrito parece que desconhece a dinâmica da escola, como as coisas acontecem; se essa pessoa vai ser mais um elemento disseminador de confusões dentro da escola.

O professor, no dia a dia com a criança, percebe determinadas situações relativas ao tema. Tem trabalhado com a família. Então, colocar mais uma pessoa para fazer esse trabalho, que é próprio da relação direta professor-aluno, parece-me temerário, porque há confusões em termos de relações interpessoais dentro da própria escola. Seria temerário a presença de uma pessoa para fazer isso, e dar conta de uma escola inteira, com quase 3 mil alunos.

Há essa preocupação também.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Muito obrigado, Sr. Arnaldo. Mais algum orador inscrito?

Não havendo orador inscrito, declaro encerrada a audiência pública ao Projeto de Lei 799/2013, de autoria do Vereador Calvo, do PMDB.

Declaro aberta a audiência pública ao PL 810/2013, de autoria do Vereador Eduardo Tuma, do PSDB, que dispõe sobre a oferta de aulas de balé nas escolas municipais de ensino fundamental e dá outras providências. Estão abertas as inscrições.

O SR. ARNALDO – Essa atividade é bastante louvável também, mas as escolas teriam de se adequar, e muito, para isso. Se há até dificuldade de se arrumar espaços para trabalhar de vez a escola em tempo integral... Nós não vencemos ainda essa etapa. Uma sala de balé, um espaço... Talvez, inicialmente, fosse mais adequado nas dependências dos CEUs. Mas na escola, como a temos hoje, carecemos até de espaço para isso.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Muito obrigado, Sr. Arnaldo. Mais algum orador inscrito? Não há oradores inscritos. Declaro encerrada a audiência pública ao PL 810/2013, do Vereador Eduardo Tuma, PSDB.

Declaro aberta a audiência pública ao PL 813/2013, de autoria do Vereador Conte Lopes, PTB, que institui o programa interdisciplinar e de participação comunitária para prevenção da violência e *bullying* nas escolas da rede pública municipal e dá outras providências.

Estão abertas as inscrições. Não há oradores inscritos. Declaro encerrada a audiência pública ao PL 813/2013, de autoria do Vereador Conte Lopes, PTB.

Declaro aberta a audiência pública ao PL 886/2013, de autoria dos Vereadores Coronel Telhada, PSDB; Floriano Pesaro, PSDB; Paulo Fiorilo, PT; José Américo, PT; Natalini, PV; José Police Neto, PSD; Marco Aurélio Cunha, PSD; Ricardo Young, PPS; Ari Friedenbach, PROS, que cria o programa de intercâmbio educacional no âmbito da Secretaria Municipal de Educação e dá outras providências.

Estão abertas as inscrições. Não há oradores inscritos. Declaro encerrada a audiência pública ao PL 886/2013.

Declaro aberta a audiência pública ao PL 67/2014, de autoria do Vereador Laércio Benko, PHS, que institui medidas para melhoria do ensino municipal com a programação do conhecimento sobre a Constituição brasileira e dá outras providências.

Estão abertas as inscrições. Não há oradores inscritos. Declaro encerrada a audiência pública ao PL 067/2014, de autoria do Vereador Laércio Benko, PHS.

Declaro aberta a audiência pública ao PL 513/2012, de autoria do Vereador Senival Moura, PT, que dispõe sobre a política de proteção sexual e reprodutiva e prevenção de agravos no espaço escolar no âmbito municipal de São Paulo e dá outras providências.

Estão abertas as inscrições. Não há oradores inscritos. Declaro encerrada a audiência pública ao PL 513/2012, de autoria do Vereador Senival Moura, PT.

Declaro aberta a audiência pública ao PL 520/12, de autoria dos Vereadores Floriano Pesaro, PSDB; Agnaldo Timóteo, PR; Sandra Tadeu, Democratas; Carlos Apolinario, PMDB; Ítalo Cardoso, PT; Alfredinho, PT; Senival Moura, PT; Celso Jatene, PTB, Eliseu

Gabriel, PSB, Attila Russomanno, PP; Marta Costa, PSB; Claudio Fonseca, PPS; Netinho de Paula, PC do B, que institui o programa para valorização de iniciativas esportivas, VAI, no âmbito da Secretaria Municipal de Esportes, Lazer e Recreação e dá outras providências.

Estão abertas as inscrições. Não há oradores inscritos. Declaro encerrada a audiência pública ao PL 520/2012.

Declaro aberta a audiência pública ao PL 336/2013, de autoria do Vereador Laércio Benko, PHS, que torna obrigatória a disponibilização de armários individuais a alunos da rede municipal do ensino do município de São Paulo e dá outras providências.

Estão abertas as inscrições. Tem a palavra o Professor Arnaldo, da Aprofen.

O SR. ARNALDO – O projeto é interessante. Nós vemos em filmes tudo dando certinho, mas aqui, mais uma vez, temos o problema de espaço e da preparação até de nossos alunos para armário individual. O problema é principalmente de espaço e de educação. Um trabalho longo de educação, que deveria ser feito aí. O que vemos hoje é aluno colocando fogo em armário. Lógico que a comunidade tem de desenvolver um trabalho de educação. Mas não está fácil. Alunos colocam fogo em armário, mexem, detonam armários.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Muito obrigado.

Não há mais oradores inscritos. Declaro encerrada a audiência pública ao PL 336/2013, de autoria do Vereador Laércio Benko, PHS.

Declaro aberta a audiência pública ao PL 679/2013, de autoria dos Vereadores Eduardo Tuma, PSDB, e Goulart, PSD, que proíbe a fabricação, a venda, a comercialização e a distribuição, a qualquer título, de armas de brinquedo no âmbito municipal de São Paulo e dá outras providências.

Não há oradores inscritos. Declaro encerrada a audiência pública ao PL 679/2013, de autoria dos Vereadores Eduardo Tuma e Goulart.

Declaro aberta a audiência pública ao PL 791/2013, de autoria do Vereador David Soares, PSD, que dispõe sobre as normas de segurança para brinquedos, cama elástica, pula-

pula no município de São Paulo e dá outras providências.

Não há oradores inscritos. Declaro encerrada a audiência pública ao PL 791/2013, do Vereador David Soares.

Declaro aberta a audiência pública ao PL 7/14, de autoria da Vereadora Sandra Tadeu, Democratas, que dispõe sobre a proibição da venda de bebidas alcoólicas nas proximidades de estabelecimento de ensino superior, nível médio, fundamental da rede pública e privada e dá outras providências.

Estão abertas as inscrições. Há um cidadão que se inscreveu. Depois concederei a palavra, pela ordem, ao Vereador Toninho Vespoli.

O SR. JÚLIO– Boa tarde Presidente, demais Vereadores, presentes, sou Júlio, do Sindicato da Panificação de São Paulo. Nós não somos, efetivamente, contrários ao projeto, embora algumas padarias sejam prejudicadas, mas só achamos que existe um outro caminho para debater esse assunto.

Algumas questões: já houve uma lei aprovada por esta Casa, ano passado, que foi vetada pelo Sr. Prefeito por inconstitucionalidade. Entendemos que, em vez de fazer uma lei que pode ter a constitucionalidade questionada pelo Prefeito, poderia se aprimorar a fiscalização da lei estadual que proíbe a venda de bebidas alcoólicas para menores.

Então, em vez de perder tempo em uma lei que pode ter a constitucionalidade questionada pelo Prefeito, vamos fazer uma lei que endureça a venda de bebida alcoólica, que endureça a fiscalização da lei estadual, para que se possa coibir a venda de bebida alcoólica perto das escolas, instituição de ensino da cidade de São Paulo. Esse é o entendimento do nosso sindicato. Não somos contra a lei, só achamos que há um outro caminho para tratar desse assunto.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Muito obrigado. Tem a palavra o nobre Vereador Toninho Vespoli.

O SR. TONINHO VESPOLI – Chamou um pouco minha atenção essa lei proibitiva,

REUNIÃO: 15041 DATA: 15/10/2014 FL: 7 DE 10

e fico pensado: “Se formos fechar todos os bares a 150 metros de qualquer escola, creche, universidade...”. É isso? Porque estabelecimento escolar...

- Comentário fora do microfone.

O SR. TONINHO VESPOLI – Muitos comércios só são barzinhos. E se não pode vender, ele vai fechar, geralmente. Eu queria saber se há um estudo. Quais as áreas possíveis para haver esses comércios, porque senão poderemos estar decretando o fim dos barzinhos. O que faz um universitário andar 150 metros para tomar uma cerveja ou 160. Se for para andar 10 metros a mais, ele vai tomar a cerveja do mesmo jeito.

Entendo a propositura da Vereadora de não querer que as pessoas deixem seus bancos escolares para estar em barzinhos bebendo. A intenção, claro, é louvável, é boa. Mas, do jeito que está, o efeito é nulo.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Quer dizer que a 151 metros pode?

O SR. JÚLIO – A lei que foi vetada pelo Prefeito ano passado falava de 500 metros. Então, ela praticamente acabava com o comércio de bebidas em São Paulo. Se V.Exa. pegar 500 metros, há uma escola na Rua Santo Amaro; em outros 500 metros, já há outra escola. Então, praticamente inviabilizava a venda de bebida dentro da cidade de São Paulo, porque é quase impossível a cada 500 metros não haver uma escola. Foi vetada para o Prefeito. Baixou-se para 100, mas, mesmo essa distância é um caminho equivocado. Temos de endurecer a fiscalização da lei que já está em vigor, não fazer uma outra lei proibindo. Vai inviabilizar o comércio em São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – O nobre Vereador Ota também quer falar a respeito das bebidas? Não. Mais algum inscrito? Não há mais oradores inscritos, Declaro encerrada a audiência pública ao PL 7/2014, de autoria da Vereadora Sandra Tadeu.

Declaro aberta a audiência pública ao PL 178/2014, de autoria do Vereador Ota, do PROS, que dispõe sobre programa municipal de combate à sexualidade de crianças e adolescentes e dá outras providências. Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o nobre Vereador Ota.

O SR. OTA – Eu fiz essa lei porque eu fiquei indignado com a moda de revista de crianças que falam sobre roupa. Só que nas fotos a posição das crianças é de adultas. Então, essa revista Vogue, na verdade, está explorando nossas crianças, usando as crianças para ganhar dinheiro. Então, fiquei indignado pela exposição das crianças, sendo mostradas como adultas. Criança tem de ser criança. Tudo tem seu tempo, até a adolescência.

Fiquei indignado pelas propagandas que estão usando como se fossem adultas. Criança tem que ser criança. Tudo tem seu tempo até chegar à adolescência. Então eu fiquei indignado pelas propagandas que estão usando a imagem dessas crianças, para que amanhã seja usada para fazer *bullying* também, porque uma criança mostrada nessa posição, o que as coleguinhas da escola vão dizer para ela? “Nossa, você já está fazendo posição de sexo, de adulto!” Então é isso aí que a gente tem que proibir, e realmente o Ministério Público, olhando isso aqui, essas fotos, mandar retirar todas as revistas que realmente estavam expondo essas crianças.

E os pais dessas crianças também, pensando em ganhar dinheiro, não estão pensando no futuro dessas crianças, o que vai ser delas. Amanhã essas crianças crescem, viram mulheres, aí a profissão delas já não é aquela profissão que o pai esperava, mas o pai ensinou. A minha preocupação é essa lei, que eu coloquei agora, até nas escolas, perto das escolas também proibir de vender esse tipo de revista. Acho que tudo isso aí provoca violência, então eu peço ao meu vereador que esse PL 178/2014 seja aprovado. E espero que o prefeito aprove essa lei, porque realmente quem é pai e quem é mãe sabe o quanto a gente se preocupa com as nossas crianças. Não podemos deixar essas pessoas usarem essas imagens para ganhar dinheiro, explorar essas crianças, porque realmente criança é criança, às vezes nem sabem o que elas estão fazendo aí. Peço o apoio de todos vocês.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Muito bem, Vereador Ota. Parabéns pelo projeto. Realmente, para vender roupa não precisa expor as crianças. Vamos torcer para que, tão logo

REUNIÃO: **15041** DATA: **15/10/2014** FL: **9** DE 10

seja aprovado nesta casa de leis, o prefeito sancione a propositura de V.Exa.

Há mais algum orador inscrito? (Pausa) Não há oradores inscritos. Declaro encerrada a audiência pública sobre o Projeto de Lei 178/2014, de autoria do Vereador Ota, do PROS.

Declaro aberta a primeira audiência pública sobre o Projeto de Lei 503/2013, de autoria do Vereador Senival Moura, PT, que dispõe sobre a política de proteção da saúde sexual e reprodutiva e prevenção de agravos do espaço escolar no âmbito do Município de São Paulo, e dá outras providências.

- Fala fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – Então está repetido aqui.

- Fala fora do microfone.

O SR. PRESIDENTE (Reis) – V.Exas. querem fazer alguma consideração? (Pausa)

— Não havendo mais nada a tratar, declaro encerradas as audiências públicas.